



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTANCIA - NEaD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NA MODALIDADE A DISTANCIA - SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)**

KRYSLLANY DAYS PEREIRA LEITE

**A INCLUSÃO ESCOLAR EM SERRINHA DOS PINTOS/RN:
UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DOS
PORTADORES DE SPOAN**

**MOSSORÓ
2024**

KRYSLLANY DAYS PEREIRA LEITE

**A INCLUSÃO ESCOLAR EM SERRINHA DOS PINTOS/RN: UMA ANÁLISE
SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DOS PORTADORES DE SPOAN**

Artigo apresentado ao Núcleo de Educação à Distância, Especialização em Atendimento Educacional Especializado, para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.

Orientadora: Dra. Ana Maria Bezerra Lucas.

**MOSSORÓ
2024**

A INCLUSÃO ESCOLAR EM SERRINHA DOS PINTOS/RN: UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DOS PORTADORES DE SPOAN¹

Kryslany Days Pereira Leite

RESUMO: O artigo apresenta uma pesquisa sobre quais são as principais dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem de crianças portadoras da síndrome do Spouan do ambiente escolar no município de Serrinha dos Pintos/RN. Os objetivos foram apresentar as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da Educação brasileira, com foco para a Educação no ensino fundamental I; descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da Escola Estadual de Serrinha dos Pintos, no que refere a formação de seus professores para atuação na área da Educação Especial; Investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Serrinha dos Pintos para a formação de profissionais para atuação na área do Atendimento Educacional Especializado e, Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam na Escola Estadual de Serrinha dos Pintos no que concerne a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado. Para tanto fizemos uso da Pesquisa bibliográfica em fontes primárias (documentos da Secretaria de Educação do Município de Serrinha dos Pintos, legislações pertinentes à Educação Inclusiva) e fontes secundárias, dentre os quais destacamos Mendes (2005) Tavares (2006), Zeglin (2024). Vale ressaltar que as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem são grandes e os professores encontram diversas demandas que precisam ser superadas no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Spouan, aprendizagem, inclusão, deficiência.

1 INTRODUÇÃO

Para se obter educação e ensino de qualidade, é necessário que seja respaldada e valorizada a formação dos profissionais da educação. O professor necessita estar em constante aperfeiçoamento por receber em sua sala de aula alunos com necessidades e tempos diferentes de aprendizagem, (re)significando seus conhecimentos e viabilizando atividades educativas que amparem o máximo possível as necessidades de todos os sujeitos incluídos na escola regular. A escolha do tema vincula-se ao fato de que a escola é considerada um espaço de interação e construção de conhecimento, no qual crianças e adolescentes acabam por relacionar-se entre si, somando, dessa forma, aprendizagens e experiências diárias. Sendo assim, partimos do seguinte questionamento para que pudéssemos nos aprofundar no assunto estudado: Quais as principais dificuldades que os professores e professoras do Atendimento Educacional Especializado encontram para realizar um trabalho que possibilite a inclusão dos estudantes com a síndrome de Spouan, na cidade de Serrinha dos Pintos?

¹ Síndrome de Spouan ou simplesmente SPOAN (acrônimo de Spastic paraplegia, optic atrophy, and neuropathy) é uma forma de paraplegia espástica complicada de herança recessiva. Foi identificada pela primeira vez no Brasil no município de Serrinha dos Pintos, interior do Rio Grande do Norte.

A pesquisa teve como objetivos analisar quais as principais dificuldades que os professores e professoras do Atendimento Educacional Especializado encontram para realizar um trabalho que possibilite a inclusão dos estudantes com a síndrome de Spoan, na cidade de Serrinha dos Pintos. O intuito era levantar informações sobre a síndrome de Spoan e a inclusão escolar no município de Serrinha dos Pintos, assim como investigar as principais dificuldades que os professores e professoras do Atendimento Educacional Especializado encontra para realizar um trabalho que possibilite a inclusão dos estudantes com a síndrome de Spoan, na cidade de Serrinha dos Pintos. Procurando apresentar as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da Educação brasileira, com foco para a Educação no ensino fundamental I; Descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da Escola Estadual de Serrinha dos Pintos, no que refere a formação de seus professores para atuação na área da Educação Especial; Investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Serrinha dos Pintos para a formação de profissionais para atuação na área do Atendimento Educacional Especializado e por fim, analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam na Escola Estadual de Serrinha dos Pintos no que concerne a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado.

Partimos da hipótese que os professores enfrentam muitas dificuldades para incluir um aluno com Spoan ou qualquer outra deficiência no âmbito escolar e que estas dificuldades na maioria dos casos estudados estão relacionadas com a formação inicial que não promove ao professor um conhecimento adequado sobre o tema.

O artigo foi dividido em 3 (três) partes, quais sejam: O respaldo legal da Educação especial no Brasil; a implementação da educação especial no município de Serrinha dos Pintos/RN; a educação especial e a formação dos professores de Serrinha dos Pintos/RN. Como metodologia fez-se uso da pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias e a pesquisa classifica-se como de cunho qualitativo e se insere na modalidade bibliográfica, tendo em vista que foram feitas pesquisas virtuais sobre o tem estudado e também aplicados questionários aos profissionais que atuam nas salas de recurso do município de Serrinha dos Pintos, a fim de preservar a identidade dos sujeitos, usamos nomes fictícios para os participantes.

Por fim, a temática desta pesquisa busca esclarecer as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem do ambiente escolar tendo como foco os alunos portadores da síndrome de Spoan, sabendo que, a educação especial deve ser bem estruturada em todos os níveis da escola, uma vez que isso irá favorecer a aprendizagem dos alunos, em especial aos que são portadores de deficiências.

2 O RESPALDO LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Em meio às necessidades humanas e sociais faz-se indispensável o diálogo sobre Inclusão escolar de alunos com deficiência. Incluir os alunos com deficiência na escola é um dos grandes desafios educacionais, sendo que estas devem adaptar-se e oferecer aos estudantes portadores de necessidades especiais o direito ao acesso a sala de aula bem como a garantia da aprendizagem. Assim, nesse capítulo iremos entender um pouco sobre o respaldo legal que assegura as crianças portadoras de deficiência em sua fase escolar. E como se deu a evolução da educação especial no Brasil.

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, múltiplas ou transtornos globais do desenvolvimento. Essa modalidade tem como objetivo garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais, bem como o desenvolvimento integral dessas pessoas.

Em todas as sociedades sempre existiram pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental, cujas causas e consequências costumavam ser agravadas em decorrência do perfil de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada sociedade.

Segundo Tavares (2005), em 1954 surgiu a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – onde elas acabam predominando no Brasil, em virtude do despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos alunos deficientes. Com apoio governamental e, sobretudo, da comunidade, estas instituições passaram difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

O autor citado acrescenta que, na escola pública a preocupação com a Educação Especial inicia-se em 1958, em Curitiba, no Centro Educacional Guairá – onde é criada uma clínica psicológica para o estudo de crianças com problemas de aprendizagem e repetência escolar.

Desde 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Estado brasileiro busca fundamentar o atendimento educacional às pessoas com deficiência. Apesar de o texto possuir alguns termos que estão em desacordo com os direitos das pessoas com deficiência, o texto prevê que a educação de PCDs deve equiparar-se à educação geral. Mas, foi somente em 1963 que a Secretaria de Estado da Educação e Cultura instituiu o serviço de Educação de Excepcionais. Nacionalmente, um marco importante foi a inclusão, pela primeira vez da Educação Especial na lei nº 4024/61. (BRASIL, 2024)

A segunda LDB, a lei 5692 de 1971, foi feita na época da ditadura militar. Esse texto afirmava que os alunos com deficiência, com atraso considerável ou superdotação quanto à idade regular, deveriam receber tratamento especial. Contudo, a lei não promovia a inclusão correta, assim, crianças com deficiência deveriam ir para escolas especiais.

Em 1977 foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do MEC que definia a criação de classes especiais e escolas especiais para as redes de ensino. Adotou-se, o modelo médico psicológico, e criaram-se as 10 classes especiais e, a partir daí, a Educação Especial assumiu o ensino dos alunos com necessidades especiais, até então, considerados excepcionais, deficientes.

A constituição Federal de 1988 deixa claro que todos têm direito a educação, ao atendimento especializado e a inclusão escolar, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais. (art. 205 e art. 208). Ainda prevê que todos os alunos de uma comunidade, independente de suas necessidades educacionais especiais, gênero, etnia, diferenças linguísticas, sociais, religiosas, culturais, tem o mesmo direito de acesso a escolarização. (BRASIL, 2024)

No ano de 1994, surgiu a Política Nacional de Educação Especial, que foi considerada um atraso no que diz respeito à inclusão escolar. Porque propunha um processo que permitia aos alunos com deficiência ingressarem em classes regulares, apenas se as crianças fossem capazes de desenvolver as atividades da mesma maneira que os demais estudantes. (BRASIL, 2024)

No Brasil, a educação especial é garantida por leis que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. Uma dessas leis é a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito à educação para todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/1996 que traz importantes disposições sobre a educação especial.

Neste sentido, a LDB estabelece que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, em classes comuns ou em escolas especiais. A lei também determina que os alunos com deficiência têm direito a atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2024)

No Brasil, a partir do Decreto 3.298/1999, ficou estabelecido que deficiência é a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que pode gerar incapacidade ou dificuldade para o desempenho uma atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. As pessoas com deficiência ou modalidade reduzida devem estar em interação constante com seu meio sociocultural. (BRASIL, 2024).

Até o ano de 2014, muitos decretos e leis foram aprovados e revogados. Neste ano em questão, o Plano Nacional de Educação foi aprovado e tinha como objetivo universalizar a educação para população, entre 4 e 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Outra lei importante é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. A lei ainda estabelece que a educação é um direito humano fundamental e que as pessoas com deficiência têm direito a uma educação inclusiva, em todos os níveis e modalidades. Em 2020, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Educação Especial, cujo objetivo é substituir o Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, de 2008. É considerada um retrocesso na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. (BRASIL, 2024)

A partir de leis específicas e regulamentadas, foi que a inclusão educacional passou ser obrigatória. Notícia que gerou discussões entre educadores e dos organismos educacionais, pois as escolas devem incluir alunos portadores de necessidades educativas especiais, em salas de aula comuns. Por conta disso, constantemente presencia-se cenas de descaso, marginalização e discriminação de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Estas atitudes contribuem para o baixo rendimento e a baixa estima de alunos que de alguma forma sofrem esse tipo de preconceito.

Apesar de a legislação nacional garantir o direito à educação, a história da Educação Inclusiva, no Brasil, esteve sempre marcada pela exclusão, tanto em nível da formação do professor como nos diferentes níveis de ensino. Além disso, a falta de atendimento especial, principalmente, na educação infantil, carência de recursos e equipe qualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade de planejamento e ações, desigualdade de recursos e oportunidades, vêm dificultando o acesso de muitas crianças especiais ao ensino regular.

No próximo capítulo iremos falar e entender um pouco como se deu a implementação da educação especial no estado do Rio Grande do Norte e no município de Serrinha dos Pintos. Vale ressaltar que a implementação das leis que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional é fundamental para garantir o direito à educação para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. No entanto, é importante destacar que ainda existem desafios a serem superados para garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS

A educação especial é um formato de ensino especializado em oferecer educação de qualidade para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação. Sendo assim seu objetivo é promover um processo educacional que abre oportunidades iguais para todas as pessoas. Sabemos que, no sistema educacional brasileiro, a educação inclusiva tem sido tema de grande discussão, uma vez que tem inquietado diversos âmbitos profissionais da educação deste país nos mais variados níveis de ensino. Portanto, nesse capítulo iremos apresentar um pouco de como se deu a implementação da educação especial no estado do Rio Grande do Norte e em seguida no município de Serrinha dos Pintos, quais as necessidades e motivos de sua implementação. (BRASIL, 2024)

O estado do Rio Grande do Norte implantou em 1971 o atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino, entendendo que a educação inclusiva se tornou um direito fundamental da sociedade, assim como outros estados, o estado buscou adequar-se a esse novo fazer educativo. Dessa forma, constituiu-se uma coordenação de educação especial em 1973, onde a mesma tornou-se um órgão específico sendo chamado de Sub coordenação de Educação Especial-SEESP que a partir de 1990 passou a ser chamada de SUESP, competindo ao órgão desenvolver programas de formação continuada de professores para atuar na área da Educação Especial. (BRASIL, 2024)

O Governo do Rio Grande do Norte sancionou a lei nº 11.460/2023, aprovada na Assembleia Legislativa, instituindo campanha de inclusão de estudantes com deficiências nas escolas públicas e privadas do Rio Grande do Norte. O objetivo é prevenir e combater o preconceito nas escolas, além de proteger a pessoa com deficiência de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 2024)

A partir de inúmeras vivências verifica-se que a inclusão escolar tem sido uma pauta bastante discutida no meio acadêmico, e um ponto de consenso é que seu significado deveria ir além de colocar o aluno na escola, é preciso propiciar a ele situações de aprendizagem, socialização, participação em todas as atividades sem deixá-lo de fora do processo educacional.

É extremamente relevante, que tenhamos um olhar especial para a inclusão, pois só conseguiremos modificar a educação deste país, quando todos possam permanecer na sala regular lutando por sua transformação social e, através disso, compreender, enquanto pedagogo, que se é agente gestor do conhecimento e dos processos de ensino e aprendizagem.

No artigo 20 da Resolução do CME nº 01/2021, de 18 de abril de 2022 do município de Serrinha dos Pintos, diz que, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, constitui uma modalidade de ensino que permeia todas as etapas e modalidades da educação escolar, e realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de um conjunto

de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreçam o processo de escolarização dos seus estudantes nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2024)

Assim, o atendimento e a organização do currículo para os estudantes da rede municipal de ensino de Serrinha dos Pintos – RN considerados público da Educação Especial considerarão as situações singulares, os perfis, as características biopsicossociais, as faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos, estéticos e legais dos direitos humanos, conforme dispõem as normas nacionais de Ensino.

O regimento deixa claro que, o Atendimento Educacional Especializado - AEE é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, prestado em caráter complementar ou suplementar às atividades escolares, destinado ao público-alvo da Educação Especial que dele necessite, o mesmo é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (Resolução CME nº 01/2021)

Os alunos do AEE estão inclusos no ensino regular, porém a excepcionalidade de cada um faz com que as habilidades cognitivas, psicomotoras e socioemocionais sejam desenvolvidas de forma mais lenta. Para o público do AEE, isso também acontece no ensino não presencial, podendo ser ainda maior os prejuízos de aprendizagem. Percebeu-se que, por se tratar de um cenário completamente novo, o estudante da educação especial sofreu grandes danos de socialização, autonomia, rotinas e regras.

Para diagnosticar os impactos causados a este público, é necessário um prognóstico. Para isso, os professores dos alunos do AEE deverão, juntamente com a professora da sala de ensino regular, traçar um plano de trabalho que visem à organização curricular, seleção de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioemocionais a serem mobilizadas por meio dos conteúdos propostos, bem como a apresentarem proposta de avaliação diagnóstica a partir dos conteúdos ministrados (habilidades extracurriculares).

Essas medidas de avaliação se deram com a intenção de ter o conhecimento das necessidades específicas de cada estudante seja ela, motora, auditiva, visual, psíquica; Avaliar a capacidade que o estudante possui de absorver conhecimento tanto na aprendizagem, como informações que recebe e assimila na atualização da compreensão do mundo; Analisar a interação com a equipe ou grupo que convive, seja ele profissional pessoal ou familiar; Ter o

bom domínio de linguagem verbal, fala objetiva e clara, com consciência controlando a linguagem do corpo, criando empatia e gerando interesse, sabendo ouvir, processar e fornecer respostas adequadas.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva do Rio Grande do Norte e consequentemente no município de Serrinha dos Pintos, exige um olhar diferenciado diante do ensino regular e suas composições, buscando cumprir com o respeito à diversidade humana e individualidade dos sujeitos, especialmente quando se trata das minorias.

Assim, fica claro no que rege a Educação Especial do município acima citado, que, deve-se realizar o PEI – Plano de Atendimento Individualizado, traçando as metas da aprendizagem do estudante, com o objetivo concentrado no desenvolvimento sócio emocional e pedagógico, reforçando os estímulos para que apresente autonomia para o ano seguinte. Procurar organizar a recuperação dos alunos que apresentam déficits de aprendizagem, assim como garantir a disponibilização de atividades impressas em tamanhos e fontes consideráveis para aqueles estudantes que assim necessitem, e por fim, elaborar um planejamento colaborativo para o desenvolvimento e atividades interdisciplinares.

A pesquisa aqui desenvolvida é demarcada pelo encontro pessoal e profissional da pesquisadora com a temática e campo de investigação, visto que, o Educador Especial é um agente ativo no processo de inclusão escolar, compreendendo que esse depende também da colaboração de outros agentes envolvidos, ou seja, professores polivalentes e família. Para alcançarmos uma escola verdadeiramente inclusiva é preciso que esta esteja preparada para atender a diversidade do alunado, suas características, ritmos e necessidades e por consequência uma equipe de professores e funcionários que estejam empenhados em cumprir com esse papel.

Para melhor entendimento do leitor, durante a pesquisa foi preciso criar uma tabela contendo informações sobre os alunos que frequentam as salas de recursos multifuncionais do município de Serrinha dos Pintos, alguns dados específicos e um breve levantamento sobre profissionais que atendem essas crianças.

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA SALA DE RECURSOS

ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS	IDADE	NIVEL ESCOLAR	TEMPO DE ATENDIMENTO	RENDA FAMILIAR	ESCOLARIDADE DOS PAIS
E. E. Serrinha dos Pintos	17 alunos	7 a 12 anos	Ensino Fundamental I	50 minutos	Até 2 salários mínimos	Ensino médio completo

CMEI Passinhos da Aprendizagem	22 alunos	3 a 6 anos	Educação Infantil	50 minutos	Até 1 salário mínimo	Ensino médio completo
E.M. Laís Gomes de Oliveira	24 alunos	14 a 17 anos	Ensino Fundamental I e II	50 minutos	Até 2 salários mínimos	Ensino médio completo

Fonte: Dados coletados pela autora

Fica claro através dos resultados das entrevistas e da angústia das professoras entrevistadas que escolas que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado no município de Serrinha dos Pintos precisam estar sempre inovando junto com os seus professores as ferramentas pedagógicas adequadas para atender as necessidades específicas de cada estudante.

QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SALA DE RECURSOS

IDENTIFICAÇÃO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO/PÓS GRADUAÇÃO	TEMPO NA FUNÇÃO
P1	Professora	Pedagogia	Especialização em Educação Especial e Inclusiva	2 anos
P2	Professora	Pedagogia	Especialização em Atendimento Educacional Especializado	3 anos
P3	Professora	Pedagogia	Cursando Especialização em Atendimento Educacional Especializado	1 ano

Fonte: Dados coletados pela autora

Assim, percebemos que esses profissionais acima citados têm em comum sua formação inicial, prevista em edital como licenciatura em pedagogia, mas trazem diferentes características, como tempo de atuação e nível de formação continuada. Pensando na trajetória dos profissionais atuantes do cargo em salas de recursos e a fim de compreender os requisitos para o encaminhamento do educador especial às escolas e consequentemente para o trabalho pedagógico direcionado aos alunos com deficiência, no próximo capítulo iremos nos aprofundar sobre a formação dos profissionais para essa atuação no município de Serrinha dos Pintos.

A necessidade de ampliar e fortalecer a formação continuada ganha ainda mais importância quando analisamos como a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, está inserida na formação inicial dos educadores do município de Serrinha dos Pintos. Buscou-se uma pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos para conhecer a Política de Ensino Especial adotada pelo município, bem como as diretrizes de formação do professor de ensino especial, no entanto, não foram alcançados os objetivos propostos, pois, o que se tem é apenas o regimento onde implementa a lei para inserir a Educação Especial no município, e não há projetos ou propostas pedagógicas para se trabalhar com as crianças alvo da educação especial.

Sendo assim, no próximo tópico iremos nos aprofundar um pouco sobre a Educação especial e a formação de dos professores do município de Serrinha dos Pintos, tentando alavancar quais são as principais dificuldades enfrentadas na atuação dentro da Educação especial e quais os projetos existentes para o atendimento de educandos com necessidades educacionais especiais.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE SERRINHA DOS PINTOS/RN

Com um aumento significativo de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns convivendo com a diversidade do ambiente escolar, a qualificação de professores da educação básica é fundamental para garantir inclusão e qualidade na aprendizagem, mas a realidade da formação docente no Brasil parece estar longe dessa realidade.

No ano de 2003, o Ministério da Educação (MEC), promoveu o Programa Educação inclusiva: direito à diversidade, como ação de formação de professores tinha como objetivo “formar e acompanhar os docentes dos municípios-polos para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas salas de aula” (BRASIL, 2006, p. 3).

A formação de professores para a Educação Especial tem sido vista como uma necessidade emergente em todo território brasileiro para a efetivação da inclusão escolar e vem sendo objeto de grandes debates e ganhando diferentes contornos ao longo do tempo. No município de Serrinha dos Pintos existem discussões e questionamentos que apontam a necessidade de mudanças de posicionamentos, conceitos e práticas pedagógicas para a atuação com o PAEE, sobretudo no cenário da inclusão escolar dos alunos com a síndrome de SPOAN.

As pessoas com deficiência ou modalidade reduzida devem estar em interação constante com seu meio sociocultural. Quanto mais essa população estiver em um ambiente que lhes restrinja a mobilidade e a acessibilidade aos serviços, maior a dificuldade para conseguir uma vida plena e autônoma, levando-a a uma situação de desvantagem.

O decreto 3.298/1999, diz que, deficiência é a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que pode gerar incapacidade ou dificuldade para o desempenho uma atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Durante anos as pessoas e famílias que eram vítimas dessa síndrome sentiam de forma perceptível o descumprimento dessa lei. Para tanto passaram-se os anos e finalmente foi a outra lei votada e aprovada.

A Lei nº 13.146/2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência) e das novas providências. A partir dessa lei, renova-se a esperança e a vontade de participar de atividades que até então lhes eram tiradas por falta de possibilidades de locomoção e oportunidades de frequentar a escola e os demais locais dentro da sociedade por ter perdido os movimentos motores, mas que, sua mente e sua vontade de viver continuavam como qualquer cidadão normal.

Segundo a revista pesquisa da FAPESP, a doença neurodegenerativa foi descoberta no ano de 2005 quando uma dessas famílias resolve levar até São Paulo sua filha na esperança de buscar recursos médicos para recuperação de seus movimentos motores perdidos. Após diagnósticos que deixaram médicos curiosos com algo novo que estavam lidando surgiu a ideia de reunir equipes e estudarem mais profundamente aquela situação. (BRASIL, 2024)

Contudo estaria fazendo parte dessa equipe a bióloga paulista Silvana Santos, hoje professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sendo a principal responsável pela descoberta da inédita patologia que foi mapeada de forma mais abrangente por especialista do Hospital das clínicas e do Centro de Estudos de Genoma humano, ligados ao Instituto de Biociência da USP.

Esses casos são frutos de casamento comprovadamente entre familiares, quase sempre entre primos de primeiro grau. A presença do gene responsável pela síndrome está em aproximadamente 10% (dez por cento) da população local, em indivíduos descendentes de consanguinidade. Acredita-se que o gene responsável por esse transtorno se situa no cromossomo 11 (11q13). Os sintomas de SPOAN já aparecem no primeiro ano de vida e vão se agravando com o passar do tempo. A criança tem dificuldade de engatinhar e de ficar em pé, tem fortes problemas de visão e sente fraqueza nas pernas, até a adolescência a maioria já é obrigada a usar cadeiras de rodas.

Os pesquisadores classificaram SPOAN, após a realização de diversos estudos genéticos, como uma doença de herança autossômica recessiva. Homens e mulheres têm a mesma probabilidade de apresentar a doença, a despeito de o número de casos conhecidos em Serrinha dos Pintos ser maior entre o sexo feminino. Uma pessoa vai desenvolver SPOAN se as duas cópias do ainda desconhecido gene associado a síndrome, uma vinda do pai e outra da mãe, carregarem a mesma mutação que levam o problema. Portanto os pais, de um portador de SPOAN são necessariamente heterozigotos, portam a mutação, mas não desenvolve a síndrome.

As principais características clínicas dos indivíduos afetados pela SPOAN incluem sintomas relacionados a atrofia congênita do nervo óptico, notados nos primeiros meses de vida, e aparentemente não-progressiva. Os primeiros sinais do déficit motor aparecem nos primeiros anos de vida, sendo a maioria antes mesmo do primeiro ano de vida. O atraso do desenvolvimento motor e paraparesia espástica progressiva nos membros inferiores levam a uma marcha realizada na ponta dos pés que são as características mais incapacitantes da doença. Na maioria dos casos, os indivíduos que conseguem se locomover, sozinhos ou amparados, com quedas e tropeções frequentes, até certa idade, mas geralmente essa marcha é perdida por volta dos 10 anos de idade.

4.1 Situando a pesquisa e a sua importância para a cidade de Serrinha dos Pintos/RN

A pesquisa objetivou-se na busca de maiores informações sobre a até então, tão desconhecida deficiência para identificar os impasses e conquistas experimentados por tudo que envolvem essas pessoas tão especiais, e como as escolas da cidade lidam com o “desconhecido”. Que impasses enfrentam os professores para incluir as crianças com Spoan no ensino regular? Quais as dificuldades enfrentadas na atuação dentro da Educação especial e quais são os principais projetos existentes para o atendimento de educandos com síndrome de Spoan?

Partimos da hipótese que os professores enfrentam muitas dificuldades para incluir um aluno com Spoan na escola e que estas dificuldades em muito estão relacionadas com a formação inicial que não promove ao professor um conhecimento adequado sobre o tema. Do mesmo modo, suspeitamos que quando o professor, de fato, tem alguma informação adequada sobre o assunto, conseqüentemente, encontra mais possibilidade de realizar a inclusão do aluno com a síndrome na escola, pois utiliza meios adequados de promover sua socialização, aprendizagem e interação.

Para realização desse subtópico, foram realizadas duas visitas em escolas diferentes do município de Serrinha dos Pintos onde funcionam Salas de Recursos Multifuncionais e

entrevistas com as professoras responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado. Nesse encontro foram feitas entrevistas através de uma aplicação de questionário, o qual era composto com 4 (quatro) perguntas que foram direcionadas a pessoa que estava sendo entrevistada, no primeiro momento uma das professoras responsáveis nos comunicou que as principais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar se dá em virtude da precariedade da estrutura física da escola, a qual não está totalmente adequada para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência, nem possui o material didático necessário para facilitar a didática e metodologias utilizadas com esse público.

Vale salientar que usaremos nomes fictícios para as entrevistadas, uma receberá o nome de P1 e a outra P2. Traçando um breve perfil dos nossos entrevistados, P1 é pedagoga com especialização Educação especial e inclusiva, atua na sala de recursos multifuncionais a 3 anos. P2 também tem licenciatura em Pedagogia, com especialização em AEE – Atendimento Educacional Especializado e atua na área a 2 anos.

O questionário da entrevista se deu da seguinte forma. Qual o desafio encontrado no processo de ensino e aprendizagem com as crianças portadoras da síndrome do Spina e outras deficiências nos dias atuais?

Foram encontradas as seguintes respostas:

P1: Atualmente o maior desafio encontrado no processo de ensino e aprendizagem das crianças portadoras de deficiência é além da falta de formação para professores é a escassez de materiais para que possamos trabalhar com as crianças. Ressaltou também a dificuldade de acessibilidade, como rampa para acesso e banheiros, outro ponto bastante relevante, é o fato de existir poucos profissionais para atuar com essas crianças portadoras de deficiência, tendo em vista que a demanda é muito grande.
(Entrevista realizada em 22 de julho de 2024)

Na segunda entrevista, obtemos o seguinte:

P2: Acredito que a maior dificuldade seja a falta de preparação dos profissionais, a falta de conhecimento das famílias em relação a direitos e deveres dessas crianças, a falta de recursos pedagógicos, e infelizmente a falta de parceria entre os profissionais.
(Entrevista realizada em 23 de julho de 2024)

Em seguida foi perguntado se existem projetos escolares para se trabalhar diretamente com essas crianças, as duas entrevistadas relataram que não, não existem planos ou projetos escolares direcionados a esse público alvo, e que, de certa forma a inclusão escolar é um termo distante de ser alcançado.

Seguindo a linha de entrevista, perguntamos se a escola comporta e acolhe de maneira eficaz essas crianças: P1, nos respondeu que sim, a escola comporta e acolhe da melhor maneira

possível as crianças. Apesar de ser uma escola de grande estrutura física ainda necessita melhorar principalmente na questão da acessibilidade para atender os direitos das crianças portadores de deficiências. Atualmente tem 22 crianças matriculadas na sala de recursos, as quais são portadoras de diversos tipos de deficiências. A professora P2 respondeu que, não, a estrutura física precisa ser melhorada, precisa de rampas, banheiros adequados, cadeira de rodas, e materiais para trabalhar com as crianças.

Por fim, foi perguntado enquanto docente, considerando suas experiências e conhecimentos, se as mesmas se sentem preparadas para atuar diante de todos as deficiências e transtornos? O interessante é que as duas professoras entrevistadas ficaram em silêncio por alguns segundos, mas, responderam que sim pois estão sempre estudando e buscando formações continuadas na área principalmente sobre os CIDs das crianças, a forma como se deve trabalhar, como tratá-las, e como lidar com as adversidades, porém destacam que com amor, dedicação, carinho, paciência e perseverança conseguem atingir os objetivos traçados para trabalhar com crianças portadores de necessidades especiais mesmo tendo consciência de que os resultados são a longo prazo. Nos dois casos fica evidente que as crianças recebem um atendimento bastante acolhedor, onde os professores e mediadores fazem seu planejamento de acordo com as necessidades dos alunos, estão sempre buscando metodologias mais atuais e eficientes, nunca deixando de lado a importante parceria que deve existir entre professor, mediador e família.

Assim, diante do exposto fica evidente que a formação continuada do educador no contexto especial e inclusivo é de extrema importância, pois visa à capacidade de reflexões dos acontecimentos e da trajetória das pessoas com necessidades educacionais especiais. Nas últimas décadas, podemos perceber que ocorreram avanços importantes em relação à formação dos profissionais da educação em nosso país, no que diz respeito à legislação, e, em especial, no que se refere às pesquisas voltadas para o tema.

Portanto, tendo em vista que a inclusão se aplica a todos, o professor tem um papel fundamental na escola e como principal desafio, construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com características pessoais e de aprendizagem que necessitam de uma pedagogia diferenciada. Para isso é necessário eliminar as barreiras da formação tradicional, na qual o professor é movido a ver o estudante sem suas peculiaridades. Por fim, a escola possui a responsabilidade e a função de garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, organizando-se a fim de proporcionar condições para que o processo de aprendizagem ocorra de acordo com as necessidades dos sujeitos que nela estão inseridos.

5 CONCLUSÃO

A abordagem e percepção da sociedade em relação às pessoas com deficiências tem se modificado gradualmente durante anos, no meio social, filosóficos e científico. Por mais que as mudanças e procedimentos de melhoria para inclusão ainda não sejam perfeitos, é importante ter consciência de que foi percorrido um longo caminho para ela ser o que é hoje. Vale ressaltar que, a inclusão não é somente para as pessoas portadoras de alguma deficiência, mas sim para todas as pessoas que se encontram em situações desfavorecidas educacionalmente, socialmente e financeiramente. A partir de nossas reflexões durante a pesquisa, buscamos informações que contribuam para nossos saberes, a respeito da formação de professores, visando a processo de inclusão nas escolas, buscando atender, dessa forma, toda a diversidade de alunos inseridos na escola de ensino regular.

O que fica claro é que a realidade dos moradores locais em relação a doença, é que sua descoberta ainda não representa um caminho completo com possibilidades que visem melhorar o processo educacional dessas pessoas. No entanto, as escolas estaduais e municipais funcionam nos dias atuais com outra realidade, hoje existem mais acessibilidade na parte física das instituições, salas de recursos multifuncionais, materiais adequados, acesso à internet, cursos de capacitações para professores e muitos outros mecanismos que podem contribuir para o melhor desenvolvimentos dessas crianças.

Portanto, entendemos que seja possível proporcionar uma educação com qualidade para todos, desde que a escola e os envolvidos nesse meio possam ter a oportunidade de serem preparados, antes e durante o processo de inclusão, para que os alunos incluídos fiquem livres de discriminações e preconceitos, pois a aprendizagem se dá através interações entre professores e alunos através da comunicação. É fundamental e indispensável que ocorra a aproximação e aprendizagem dos conhecimentos de forma significativa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

Disponível em:

<https://onedrive.live.com/edit?id=1D79F20B4A73777A!4397&resid=1D79F20B4A73777A!4>

[397&ithint=file%2cdocx&authkey=!AO74GYVRvYVL1jU&wdo=2&cid=1d79f20b4a73777a](https://onedrive.live.com/edit?id=1D79F20B4A73777A!4397&resid=1D79F20B4A73777A!4397&ithint=file%2cdocx&authkey=!AO74GYVRvYVL1jU&wdo=2&cid=1d79f20b4a73777a). Acesso: 27 jul. 2024.

DAMASCENO, Carla Alessandra Moreira. Conceitos, diferenças e atuação da educação especial e inclusiva. Disponível em: https://blog.estudosemfronteiras.com/educacao-especial-e-inclusiva/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwhvi0BhA4EiwAX25uj1KTFl1GX8eeuvY8fkHRmrXfqVrO4hU784Sng9HA2nzC4mX0SyFZhxoCBRgQAvD_BwE. Acesso em: 23 jul. 2024.

EDUCAÇÃO inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 15 ago. 2024

MENDES, Flávio Otávio de Oliveira. Deficiências: mitos e preconceitos. São Paulo: Mercado Aberto, 2006.

MINISTÉRIO da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2024

SERRINHA dos Pintos. Conselho Municipal de Educação. Resolução CME nº 01/2021, de 18 de abril de 2022. Disponível em: <https://onedrive.live.com/edit?id=1D79F20B4A73777A!4397&resid=1D79F20B4A73777A!4397&ithint=file%2cdocx&authkey=!AO74GYVRvYVL1jU&wdo=2&cid=1d79f20b4a73777a> . Acesso em: 15 ago. 2024.

TAVARES, Mariana Mello. Educação inclusiva: outros caminhos. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

ZEGLIN, Eduarda. Educação especial: um direito da Pessoa com Deficiência. APAE/PR. Disponível em: <https://apaecuritiba.org.br/educacao-especial-pcd/>. Acesso em: 12 jul. 2024.